

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

ATA Nº 055

PRESIDENTE - DEPUTADO GUILHERME MALUF O SR. PRESIDENTE
(GUILHERME MALUF) - Boa tarde a todos.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelo Deputado Guilherme Maluf, com o objetivo debater ações por ocasião dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

Eu convido para compor a Mesa, Dr.^a Maria Tereza Maluf, Presidente de honra da sala da Mulher da Assembleia Legislativa (PALMAS); Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz de Direito da 1^a Vara Especializada de Proteção a Mulher Vítima de Violência doméstica e familiar da Comarca de Cuiabá (PALMAS); Dr.^a Sazenazy Soares Rocha Daufenbach, Promotora de Justiça do Núcleo de enfrentamento a violência doméstica e familiar do Ministério Público (PALMAS); Dr.^a Rosana Leite Antunes de Barros, Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher (PALMAS); Dr.^a Isabel Cristina Gama de Silveira, Superintendente Estadual de Políticas para Mulheres (PALMAS); Dr. Rogério Atílio Modelli, Delegado Geral de Polícia Civil (PALMAS); Dr.^a Jozirlethe Magalhães Criveletto, Delegada Titular da Polícia Civil, Coordenadora da Delegacia de Polícia de Defesa das Mulheres de Cuiabá (PALMAS);

Composta a mesa de honra, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É CANTADO O HINO NACIONAL)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Em tempo gostaríamos de convidar para compor a Mesa a Sr.^a Jocilene Barbosa Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Estado de Mato Grosso (PALMAS).

Registrar a presença da Dr.^a Marla Cassiana Ourives, Defensora pública; Dr.^a Tânia Regina de Matos, neste ato representando a Liga de Reestruturação das Irmãs Ofendidas no seu Sentimento - LÍRIOS; Sr. Luiz Carlos Grassi, Superintendente de articulação de políticas públicas para pessoas com deficiências; Sr.^a Glória Maria Munhoz, assessora neste ato representando Deputado Federal Ságua Moraes; Sr.^a Irani Naves, assessora neste ato representando Secretário de Segurança Pública Sr. Rogers; Sr.^a Euza Maria de Araújo Rodrigues, Promotora Legal Popular e membro do fórum de articulação de mulheres contra a violência de Mato Grosso; Sr.^a Regina Maciel, Membro da Associação de Combate a Violência Doméstica e Familiar de Mato Grosso; Sr. Andres Pasquis, Assessor de Comunicação do Grupo de Intercâmbio em Agroecologia; Sr.^a Andréia Noite, Membro da Comissão da Família OAB-MT; Sr.^a Adriana Catelli Correia. Conselheira neste Ato Representando a Presidente do MTMAMA a Sr.^a Vera Alice Valéria; Sr.^a Tainara Moraes, Pesquisadora do Núcleo de Estudos das Relações de Gênero e da Mulher...S/lcb

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

1007au002.lcb

O SR. PRESIDENTE GUILHERME MALUF-...Pesquisadora do Núcleo do Estudo e Relações de Gênero da Mulher; Sônia Rocha, Diretora da CUT MT; agradecemos a presença de todos os Conselheiros Estaduais e das Assistentes Sociais presentes.

Quero novamente dar as boas vindas a todas as mulheres e os homens também não é, Dr. Jamilson? Boa tarde a todos! Obrigada pela presença nesta Audiência Pública que trata de uma questão que merece uma atenção especial de toda a sociedade organizada. Vamos discutir e reforçar aqui as ações que possam combater a violência contra as mulheres, um mal que ainda faz milhares de vítimas diariamente, apesar de alguns avanços na penalização dessas condutas. Mas a penalização apenas não basta. É preciso cortar o mal pela raiz pelo convencimento e pela ação permanente.

Por isso requeri esta Audiência Pública que integra a programação da Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher hoje já incorporada à agenda brasileira.

Mato Grosso ocupa a quinta posição no *ranking* de mortes violentas de mulheres. E precisamos trocar esse desempenho negativo por uma posição de vanguarda por combate a toda forma de violência contra as mulheres.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso com o protagonismo da sala da mulher está procurando fazer a sua parte. Mais de mil e duzentas mulheres carentes vítimas de violência que reside em Cuiabá e Várzea Grande estão sendo beneficiadas pelo Projeto Mulheres em Ação desenvolvida pela Assembleia Legislativa em parceria com as prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande e com o Instituto Cuiabano de Educação.

O projeto lançado em outubro oferece a elas oportunidades de aprender com a profissão contribuindo para conquista da independência financeira e aumento da estima.

As mulheres participam de cursos de embelezamento, bordado, artesanato, reciclagem ministrado em vinte e quatro bairros da região metropolitana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso é uma das parceiras de outro projeto voltado para o mesmo objetivo de combater a violência contra as mulheres. Ao lado da minha esposa, e Presidente de Honra da Sala da Mulher, Maria Tereza, assinamos recentemente o acordo de cooperação técnica proposto pelo Ministério Público Estadual juntamente com o Governo do Estado e o Tribunal de Contas.

O Poder Legislativo Estadual é parceiro e vai trabalhar em conjunto no Projeto Homens que agradam não agridem. Vamos estimular a participação dos homens no combate à violência doméstica e familiar transformando-os em parceiros das mulheres na luta por igualdade de gênero.

Em 2017 esta Casa deve manter e ampliar todas as ações para melhorar de fato a vida de todos mato-grossenses e das mulheres, primeiro, naturalmente.

Nós vamos chamar os inscritos da Mesa...

...s/cac...

1207au03.cac

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - ... naturalmente. Nós vamos chamar os inscritos da Mesa e, em seguida, abriremos a palavra a quem queira fazer uso dela do plenário.

Gostaria de convidar para fazer uso da fala, Dr^a Maria Tereza, Presidente de Honra da Sala da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

A SR^a MARIA TEREZA MALUF - Boa tarde!

Cumprimento a todas as autoridades que estão aqui presentes na pessoa do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso Deputado Guilherme Maluf.

Temos avançado muito no combate à violência contra as mulheres no Estado de Mato Grosso por meio do trabalho incansável de órgãos como o Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça, Governo do Estado e por esta Casa de Leis.

Essa audiência pública, assim como todas as ações em prol dos direitos das mulheres constitui instrumento público que demonstra preocupação e o compromisso dos Poderes na busca por um Estado mais humano e justo.

Parabenizo, em nome da Defensora Pública e Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Mulher, Dr^a Rosana Leite Antunes de Barros a todas as mulheres que lutam e atuam na defesa dos direitos do nosso gênero.

Muito obrigada, e um ótimo debate a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Convido a Sr^a Sr^a Jocilene Barbosa, Presidente Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Estado de Mato Grosso para fazer uso da fala.

A SR^a JOCILENE BARBOSA - Boa tarde a todos! A tribuna favorece no sentido de ter ali um local para colocar a sua colinha, mas eu vou falar daqui mesmo para ganharmos tempo.

Quero cumprimentar a Mesa em nome da minha antecessora no Conselho dos Direitos da Mulher, Dr^a Rosa Leite Antunes de Barros, que até o dia 05 de dezembro ela coordenou as atividades daquele conselho de uma forma muito ativa, articuladora e participativa. (PALMAS) Eu quero...E ficando o desafio então de mantermos essa dinâmica, quero estender esses cumprimentos as demais autoridades que compõem esta Mesa, as pessoas da sociedade civil que se faz presente...

s/tmr

1207au04.tmr

A SR^a JOCILENE BARBOSA - ... as pessoas da sociedade civil que se fazem presentes nesta Audiência Pública, especialmente a cada Conselheira que não tem medido esforços para estarmos juntos nesta que é permanente e as mulheres que se engajaram também junto ao Conselho, mas diretamente nas ações mesmo que não sejam conselheiras. Nós temos várias delas nesta condição.

Eu quero brevemente me ater ao foco da campanha e com a legitimidade de um Conselho que apresenta como finalidade de promover em âmbito estadual as políticas que visam eliminar a discriminação da mulher assegurando-lhes condições de liberdade e igualdade de direitos que nós solicitamos esta Audiência Pública e que prontamente fomos atendidas, o que também me faz agradecer ao Deputado Guilherme Maluf pelo pronto atendimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

É um tema imprescindível quando vamos discutir a situação das mulheres no Brasil e também não é diferente em Mato Grosso. Isso é um fenômeno cultural que atinge todo mundo, nós estamos discutindo aqui hoje. Por isso demandam políticas públicas consistentes seja na dimensão da prevenção ou também no que diz respeito à repressão.

E nós podemos reconhecer, como já bem mencionado, que avançamos muito. Tivemos aprimoramento, mecanismo de escuta desta violência com 180, temos a Lei Maria da Penha, que este ano nós completamos dez anos dela, que é um instrumento legal extremamente defendido, reconhecido mundialmente para defesa dos direitos da mulher, coibir a violação dos direitos, mas ainda estamos um pouco atrasado, digamos assim, de um sentido de um fortalecimento maior a essa rede de acolhimento das mulheres vítimas de violência.

Temos uma demanda pelas delegacias especializadas. Falei Secretária, e já quero reforçar a importância de termos na estrutura governamental espaços que deem visibilidade a temática, a questão, tanto em nível federal como estadual. E já fica aqui o nosso apelo. E precisamos, como eu dizia, avançar mais nesta rede de proteção à mulher.

Nós sabemos que Mato Grosso é um dos Estados que esse destacou na questão de ter reconhecido a necessidade de termos varas especializadas, mas que prossigamos avançando neste aspecto desse acolhimento à mulher disponibilizando de forma articulada serviços necessários para que possamos .../rof

1207au05.rof

A SR.^a JOCILENE BARBOSA - ... articulada serviços necessários para que a gente possa tratar esta questão como ela merece.

No que diz respeito a prevenção, as campanhas são muito importantes e aqui já foi mencionada uma delas, mas não podemos prescindir também da importância da educação, do papel da educação especialmente a educação escolarizada, educação escolar nesta função e eu não posso perder a oportunidade de dizer que nós achamos que foi , um proselitismo religioso que houve num debate da questão de gênero no âmbito da discussão dos planos da educação, porque a escola é um espaço privilegiado para debater estas questões. Eu sei que não há uma vinculação direta entre a prática da escola e aquilo que está intencionalmente colocado como política pública, então não quer dizer que as escolas deixaram de discutir gênero ou vão deixar, mas é simbólico isto, mostra a intencionalidade das políticas públicas então eu tenho que fazer menção a este aspecto aqui nesta oportunidade.

Acho que o interessante é que eu achei para destacar neste momento é isto, é uma Audiência Pública que temos que deixar oportunidade para que este público também se expresse não também deixar de mencionar aqui que nós construímos nesta última gestão, aliás, já vinha da anterior, um plano estadual de política para as mulheres, que tem que ser a base do que vai balizar as ações de governo conforme aquilo que são as demandas que as mulheres entendem que são pessoas necessárias e que está na Casa Civil e eu também já reforço aqui a importância de que ele seja tomada exatamente como este balizador das políticas públicas.

E deixar aqui o conselho esta com toda disposição possível de continuar, de prosseguir em articulação com as instituições aqui estão colocadas e com a sociedade civil, no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

sentido de minimizarmos e avançar nestas questões no que diz respeito a coibir a violação dos direitos da mulher.

Obrigada pela oportunidade (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Nós temos aqui representantes de todos os segmentos institucionais, acho que a mulher ocupa bem o espaço em todas as áreas, tem mulheres juízas, desembargadoras, defensoras, delegadas, promotoras Sr.^a Jocilene, mas eu acredito que a mulher ainda acho que até é uma campanha ...S/lcb

1207au06.lcb

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) -...acho que até é uma campanha boa para o Conselho Estadual começar a divulgar, a mulher ocupa muito pouco o espaço ainda na política. E isso talvez seja um tema de uma campanha futura. “Ah! Mas não tem nada a ver com violência da mulher”. Tem muito a ver. Tem muito a ver. Se nós tivéssemos mais mulheres hoje. A Câmara Municipal de Cuiabá não tem nenhuma mulher. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso tem uma. Eu acredito e deixo essa sugestão para o Conselho Estadual talvez se reunirem com o TER. Não adianta o TRE também chegar nesse momento agora e vir discutindo mulheres laranjas. Eu acho que tem que trabalhar antes para que isso não aconteça.

Então, talvez, nós estimularmos todas as instituições que realmente a presença da mulher no segmento político talvez seja o grande fator que possa melhorar as ações.

Convido para fazer o uso da fala, Dr.^a Josilete Magalhães, Delegada de Polícia. Dr.^a Josilete, se a senhora quiser usar a tribuna não tem problema não, Dr.^a.

A SR.^a JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - Vou acompanhar a minha Presidente do Conselho aqui.

Peço licença ao Presidente da Mesa e também ao meu Delegado Geral de Polícia Judiciária Civil, Dr. Rogério Modeli, para cumprimentar esse dispositivo na pessoa da minha amiga Dr.^a Rosana, a quem eu gostaria já de antemão agradecer pelo apoio que nos foi dado alí na Delegacia da Mulher não só pela Dr.^a Rosana, mas por todo o Conselho Estadual a quem me recebeu com muito carinho desde que nós passamos a ser membros do Conselho, e todas vocês sempre estão alí à disposição nos apoiando em tudo aquilo que nós precisamos em viabilizações necessárias para que possamos melhor atender a vítima de violência que chega na Delegacia da Mulher em Cuiabá.

Então, meu muito obrigado!

E, também quebrando já o protocolo, dar boas vindas para a nossa Presidente Joscilene, muita sabedoria, muita disposição, muito ânimo, são os desejos que nós temos para você sabendo que você está chegando assim numa turma que realmente tem muita disposição, muito amor pelo que lutamos. É uma luta que realmente fazemos com amor pela causa da mulher.

E como representante da Delegacia da Mulher eu tenho que falar sobre a Delegacia da Mulher...

...s/cac...

1207au07.cac

A SR.^a JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - ...é uma luta que realmente fazemos com amor pela causa da mulher. E como representante da Delegacia da Mulher, eu tenho que falar sobre a Delegacia da Mulher. Nós temos no dia 26 de dezembro estamos comemorando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

mais um ano da Delegacia da Mulher que foi criada ainda no ano de 1985. Então, olhem quantos anos de Delegacia da Mulher! Foi a segunda Delegacia da Mulher que eu sempre costumo enfatizar isso, da Delegacia da Mulher ser criada no Brasil e talvez uma das primeiras políticas públicas para mulheres em Mato Grosso que foi a criação, aqui, em 1985. São anos de trabalho em relação à repressão e diante da Lei nº 11.340, nos coube ainda mais todos aqueles atributos conferidos pela Lei nº 11.340, que seriam feitos então dentro da Delegacia da Mulher onde sempre chamamos a atenção pela questão do acolhimento também dessas vítimas. Além de todo esse trabalho de repressão, de enfrentamento, que seria a investigação policial, a Delegacia passa então a ter esse outro trabalho que é o de requerimento de medida protetivas para as vítimas, o acolhimento com relação a encaminhar a fazer os encaminhamentos dessa vítima daquilo que ela necessita, uma casa de amparo, um encaminhamento ao IML, ao Hospital Júlio Muller, em caso de violência sexual, retirada de pertences. Então houve uma gama de outros serviços que foram incorporados à Delegacia a partir da Lei nº 11.340. E nós acabamos caindo na questão de mais estrutura para esse atendimento. E mesmo com uma estrutura reduzida hoje somos uma Delegacia que produz bastante. Nós estamos aqui com o Judiciário, Dr. Jamilson que pode nos dizer a quantidade de processos que são oriundos de inquéritos judiciais produzidos na Delegacia da Mulher..

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Doutora, a senhora permite-me uma pergunta?

A SRª JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - Pois não, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Sobre fluxo de...até porque eu acredito que algumas pessoas devem ter...Nós temos a Delegacia especializada, mas se chegar uma questão em outras Delegacias, encaminham para a senhora ou abre-se procedimento e depois isso vem para Delegacia ou não vem, é atendido nas outras delegacias...

1207au08.tmr

A SRª JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - ... nós temos uma padronização de atendimento. Então, hoje por normatização da própria diretoria de polícia, inclusive Dr. Modelle pode explicar, a vítima que chega a uma delegacia, vítima de violência doméstica, existe uma padronização de atendimento. Ela tem que ser atendida nos moldes dessa padronização, ou seja, com requerimento de medidas com a nota de ciência cerca da Lei nº 11.340, se for o caso de uma agressão física o encaminhamento ao IML. E esse primeiro atendimento é feito e encaminhado à Delegacia da Mulher para posterior instauração de inquérito policial. Mas o que temos hoje, talvez graças a essas campanhas, as informações que chegam para as mulheres em Cuiabá, nós temos uma grande procura na própria delegacia. Então, hoje as vítimas estão optando já irem à Delegacia da Mulher ao invés de procurar uma delegacia distrital ou mesmo o plantão. Então, hoje nós fazemos esse plantão de pronto-atendimento dentro da delegacia da mulher. São cerca de vinte mulheres atendidas para requerimento de medidas protetivas por dia. Essa é a situação da violência contra a mulher em Cuiabá.

Para vocês terem uma ideia, porque muitas vezes nós falamos e as pessoas ficam pensando assim: “Mas será quanto?” Eu trouxe alguns números para que vocês possam ter ideia da quantidade de procedimentos.

Em 2015, nós fechamos o ano com 3.387 inquéritos policiais instaurados. Desses 3.387 nós relatamos, encaminhamos ao Poder Judiciário mais de quase 3.400 inquéritos policiais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, a gama, a procura, a demanda é muito grande. De medidas protetivas que foram feitas na delegacia no ano de 2015 foram 1.692. 1692 mulheres que procuraram a delegacia no ano de 2015 só para requerimento de medidas protetivas. Esse ano de 2016, ainda estamos com estatística de janeiro até outubro, quer dizer, ainda vai compreender novembro e dezembro, mas já atingimos a casa dos 2.671 inquéritos instaurados e já concluímos 2.375. Para vocês terem ideia, que são vítimas quando falamos em inquéritos. São mulheres. São mulheres que tiveram seus casos encaminhados ao Poder Judiciário. Então, não estamos falando de 20 mulheres, nem de 70, nem de 100. Nós estamos falando de milhares que todos os dias enfrentam a violência domésticas. E muitas mulheres aqui que nós .../rof

1207au09.rof

A DR.^a JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - ...enfrentam a violência doméstica e muitas destas mulheres aqui que nós encaminhamos destes 2.375 casos, ainda estão no Poder Judiciário o para serem julgados, muitas delas estão enfrentando inclusive a própria convivência com estes autores, por falta muitas vezes de opção.

Para vocês terem uma ideia então desse trabalho que é feito pela delegacia, nós não fazemos apenas o trabalho de pronto atendimento, de instauração de inquéritos de violência doméstica, nós também, todas as denúncias anônimas que são feitas pelo disk 180, são todos passado por esta delegada aqui para que seja tomada providência. Eu gosto de enfatizar isto porque muitas vezes a população entende que se ligar para o 180 nada será feito, que a polícia vai colher aquela denuncia e vai arquivar. Na realidade de todas as denúncias que chegaram este ano na delegacia da mulher, eu tenho o número aqui, de 177 denúncias recebidas pela delegacia da mulher este ano 2016, destes 177 casos que nos chegaram, 138 casos já foram resolvidos, então eu quero chamar a atenção para que a população, os senhores possam também como multiplicadores, informar a população disso, que realmente a policia investiga, ela liga, muitas destas vitimas que ligam 180 são as próprias vítimas denunciando por temor de chegar em uma delegacia de polícia. Nós entramos em contato, nós buscamos estas vitima, nós fazemos visitas domiciliares para constatação de cárcere privado, de maus tratos, quer dizer são vários tipos de crime que envolve a violência doméstica e a delegacia da mulher ela atua também neste aspecto.

Aproveitando a oportunidade falando justamente dessa demanda, o que nós indagamos é isto: o que fazer? Quando nós discutimos nestes 16 dia de ativismo, o que precisa ser melhorado diante de toda esta demanda que nós temos, diante de uma Lei que está ai e nós estamos cumprindo já há 10 anos, o que nós podemos fazer para melhoras? Tem muito Deputado, tem muita coisa para ser feita ainda, temos que caminhar muito e eu chamo a atenção para o Art. 8º mais uma vez, nós gostamos do Art. 8º da Lei 11.340/2006, nós gostamos muito do Art. 8º da Lei Deputado e no Art. 8º ele preconiza o seguinte: A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito...S/lcb

1207au10.lcb

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

A SR^a JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO -...da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e de ações não governamentais tendo como diretrizes em um dos seus incisos a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. Muito bonito não é, Deputado? E é isso que nós buscamos, realmente, que seja feita essa integração, que realmente possamos trabalhar de forma integrada buscando parcerias, porque muitas vezes discutimos questão do orçamento, como fazer, aonde buscar, e nós podemos trabalhar de forma integrada buscando essas parcerias. Especialmente eu chamo a atenção para a questão, então, da segurança pública.

Outro aspecto que eu gostaria de colocar, como a Dr^a Lindinalva também não se encontra, mas a Dr^a Lindinalva sempre lembra isso: Cuiabá até o momento não registrou nenhum feminicídio. Isso é ponto para todos nós que lutamos tanto contra o fim da violência contra a mulher. Graças a Deus nós não tivemos nenhum caso de feminicídio. Mas nós temos lembrar: O atlas de violência de 2015, ele cuida exatamente de mostrar acerca da interiorização da violência. Hoje nós não temos mais os homicídios nas capitais, mas nós temos a interiorização, nós temos o crescimento desses homicídios de mulheres no interior do Estado. E nós devemos pensar nisso, porque no interior do Estado, principalmente, na zona rural, as mulheres muitas vezes não têm como chegar a uma delegacia de polícia para ela poder ser ao menos acolhida e orientada.

Então, que nós possamos também pensar políticas públicas para essas mulheres que estão nos campos, nas águas e nas florestas que dependem também desse mesmo conhecimento, dessas mesmas informações que nós mulheres que estamos aqui na capital que já estamos engajadas, que já temos essas informações, que possamos pensar em políticas para essas mulheres no interior do Estado, que possamos levar esse atendimento de defesa e enfrentamento da violência contra a mulher a essas mulheres, porque hoje é lá que estão acontecendo os feminicídios.

Eu acho que não preciso dizer aqui dos casos que nós já tivemos esse ano no interior do Estado de tantos casos de homicídio de mulheres envolvendo, inclusive, a violência doméstica.

E um último aspecto também que eu acredito necessário chamar atenção, a questão da cultura do estupro. Nós precisamos debater mais a cultura do estupro...

...s/cac...

1207au011.cac

A SR^a JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - ...nós precisamos debater mais a cultura do estupro, precisamos enfrentar, dialogar, fazer campanhas nesse sentido porque realmente a cultura do estupro ainda é algo real em nossa sociedade. Precisamos chamar a atenção para esse tipo de situação, chamar a atenção também, Dr. Jamilson, do Poder Judiciário com a questão da celeridade desses processos porque hoje nós enfrentamos essa questão. Hoje, os autores do estupro acreditam na impunidade, eles acreditam como o processo será delongado, será prolongado, eles lá na frente não terão condenação. E isso acaba promovendo a facilidade que os homens tem hoje de ser cruéis e que a barbárie impere, impera hoje na prática do crime do estupro. Hoje nós não temos apenas crianças abusadas sexualmente, nós temos mulheres de trinta anos, quarenta anos, nós não temos mais idade. Antigamente nós falamos assim: “- vamos fazer uma estimativa de qual era a idade.” Hoje, nós não temos idade! Hoje, os autores estupram, eles matam,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

eles agridem e para vocês terem uma ideia, agora, em dezesseis dias de ativismo nós tivemos cinco casos de estupros cruéis cometidos contra vítimas que no caso, um deles, eu posso até comentar e dividir com vocês, sinceramente ficamos chocados! Nós que trabalhamos na Delegacia da Mulher. O autor cegou uma visão da vítima, perdeu totalmente uma visão e está apenas com 10% de visão no olho esquerdo, além dele deixar a vítima totalmente lesionada em todas as partes do corpo. Quando ele estuprou essa vítima, ele ainda roubou os pertences dessa vítima. E ele agrediu tanto, ele bateu tanto nessa vítima que quando ele deixou, ele acreditou que essa vítima estivesse morta. Então, ele tampou ela com folhas e ela ficou tampada com folhas. E se não fosse alguém procurando a vítima para encontrá-la, sabia que ele teria passado por aquele caminho essa vítima não teria sido encontrada e ele teria acreditado que a vítima estaria morta. E esse autor permaneceu andando normalmente, frequentando o mesmo bar que ele frequentava...

s/tmr

1207au12.tmr

A SR^a JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - ... frequentando o mesmo bar que ele frequentava, conversando com as mesmas pessoas como se ninguém fosse encontrá-lo, como se ninguém fosse dizer que ele teria praticado aquele crime. Para vocês verem como que hoje a impunidade impera. E graças a Deus pelo trabalho da delegacia da Mulher, como eu disse, nós somos uma equipe bem reduzida, mas bem empenhada também. De todos esses estupros nós conseguimos que esses autores hoje estejam na cadeia.

Então, eu gostaria de chamar atenção para esta questão. Nós precisamos de divulgar mais, falar mais, fazendo como a nossa Presidente **Cilene** falou, com que essas informações cheguem aos nossos filhos que estão nas escolas. Nós precisamos formar

esses cidadãos entendendo o que é respeito, o que é dignidade, o que é respeito pelo ser humano.

É neste sentido que gostaria de terminar a minha fala, agradecendo, colocando mais uma vez o nosso trabalho da Delegacia da Mulher à disposição de todos, à disposição de todas as instituições representadas por todos vocês aqui que com certeza compõem uma rede de atendimento. Eu agradeço e, mais uma vez, me coloco à disposição pela Polícia Judiciária Civil. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado, Doutora!

Convido para fazer uso da palavra Isabel Cristina Gama Silveira, Superintendente Estadual de Políticas do Estado de Mato Grosso.

A SR^a ISABEL CRISTINA GAMA SILVEIRA - Eu cumprimento à Mesa em nome da Tereza Maluf, querida amiga que tem nos apoiado tanto, juntamente com o Deputado, Dr^a Rosana, que tem feito esse trabalho brilhante, à frente da Presidência do Conselho, desejo toda sorte à Josilene; cumprimento as minhas amigas Lolita, Adriana, Denise que têm contribuindo, Sônia, que têm feito esse trabalho nesses anos com uma dedicação plena.

O que acontece com a Superintendência Estadual de Políticas para Mulheres.

À frente da Pasta nos últimos dois anos praticamente percebi que a questão da mulher 80% é uma questão de conduta, claro, precisamos de abrigo, tornezeleira, aplicação da lei, mas 80% das dificuldades que sofremos hoje na sociedade brasileira é uma questão de conduta,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Deputado. Então, a Pasta, ao meu vê, deveria ser uma Secretaria, no mínimo, Adjunta, porque nós precisamos nos articular com o Secretário .../rof

1207au13.rof

A SR^a ISABEL CRISTINA GAMA SILVEIRA - ...nós precisamos nos articular com o Secretário de Educação, com o Secretário de Saúde, com o Secretário de Segurança Pública, com os secretários que realmente atuam na rede de enfrentamento para que as leis que já foram conquistadas possam ser cumpridas.

O Brasil avança muito em relação as leis, somos um dos poucos ou único país com a Lei Maria da Penha, a Lei 11.340/2006, onde realmente nós temos políticas que precisam ser implantadas. Porém nós vimos agora o caso da Yoki, a mulher que matou o marido e esquartejou e o caso do advogado que matou a advogada e jogou no lago. Este advogado planejou, matou a namorada, jogou no lago, deu sumiço no corpo, oito anos de prisão, réu primário e está solto, a mulher que cometeu o crime também, não estou defendendo os crimes, estou dizendo a análise proporcional do caso, 20 anos de prisão. Por quê? Porque a mulher, inclusive quando ela é estuprada e quando ela denuncia não se leva em conta aquilo que está sendo dito por ela, levando em conta aquilo que o autor coloca como justificativa. Como no caso da menina estuprada por trinta no Rio de Janeiro, em que havia autoridades, não vou aqui me referir aos cargos, dizendo que ela era responsável, o que ela fazia ali na boca de fumo, uma menina de 16 anos viciada em drogas, que com certeza estava numa conduta já alijada pela sociedade e que foi se trocar por drogas ao traficante e ele coloca ela numa roda com trinta homens e ela é culpada, ela é culpada.

Nos países onde nós temos as drogas legalizadas, na Noruega e alguns outros, não há, a gente diz assim: é uma questão da droga, do álcool no Brasil ele não sabia o que estava fazendo. Não é verdade, nos países onde há questão da droga legalizada, não há mortes, não há violência doméstica, não há abuso contra mulheres, mesmo drogados onde existe uma facilidade de álcool e droga, não se matam suas mulheres. O Brasil é o quinto país que mais mata suas mulheres no , só perde para Rússia, Guatemala. O homem brasileiro ele acha que a mulher é segunda categoria, que ela não tem direitos as suas vontades.

O senhor levanta uma questão importantíssima que é a questão da política para mulher, mas como ela se faz ouvir no meio político? Como conseguir os recursos de igual monta...S/lcb

1207au14.lcb

A SR^a ISABEL CRISTINA GAMA SILVEIRA -...recursos de igual monta com os homens dentro do esquema, eu digo político no amplo sentido da palavra, que ela tenha o apoio político, que ela tenha recursos financeiros, que ela faça parte daquele núcleo que vai ajudá-la a ser eleita. Como fazer que ela tenha a mesma credibilidade e que ela possa se colocar de igual para igual? Ela nunca está preparada. A mulher brasileira vai até um determinado ponto. O empoderamento se dá em três níveis: Primeiro nível é reconhecer que realmente há desigualdade. Segundo nível fazer parte de uma associação, sindicato e de um partido. E terceiro nível ser, tomar posse da sua posição. Nós vamos muito bem até o segundo nível do empoderamento, porque nós reconhecemos a desigualdade, entramos nas associações e quando somos convidadas para assumir a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

nossa posição, nós falamos assim: “Não, coloca o Zé, eu não posso, meu marido não deixa, tenho que pegar filho na escola, eu não estou preparada”. O Zé mesmo não conhecendo nada do assunto assume como presidente, coloca toda uma equipe de mulheres e é eleito, porque são as mulheres que o elegem.

Então, nós precisamos realmente de uma ampla discussão social. Nós estamos desenvolvendo um Projeto Exército de Marias da Penha e Eles por Elas, da ONU, com a parceria e grande ajuda da Dr^a Maria Tereza, do Deputado Guilherme Maluf que nos deu vinte mil panfletos, nos deu a *TV Assembleia*, e nós já executamos doze vídeos que estão prontos, que serão colocados no portal, juntamente, com a SECITEC, que é a Secretaria de Tecnologia. Nós estaremos fazendo um pré-estreia do sistema essa semana para fazermos o lançamento possivelmente para o ano que vem e estamos aguardando que esse projeto vire um decreto, porque acreditamos, Dr^a Josilete, que realmente o interior precisa dessa discussão.

Estamos trabalhando em quatro frentes: Uma que é fazer a rede de enfrentamento através da celeridade do processo. A Dr^a Josilete disse da importância desses projetos andarem rápido, porque o autor conhece a fraqueza da sua vítima, sabe onde ela mora, onde é a igreja, onde mora a mãe, o pai e as suas rotinas.

Então, nós precisamos de celeridade nesse processo. Ela não foi assaltada na esquina. Ela tem um agressor diferenciado, precisamos de rapidez no processo.

Segundo, e nós estamos usando o projeto de Barra do Garças onde esse projeto tem dado muito certo onde o judiciário junto com o Promotor, Defensor da Delegacia, Conselho da Mulher, CRAS...

...s/cac...

1207au015.cac

A SR^a ISABEL CRISTINA GAMA SILVEIRA - ... Conselho da Mulher, CRAS e CREA se reúnem e o processo já é feito dentro com prazo determinado, audiência marcada e em um mês, dois meses os casos estão encerrados.

Estamos implantando esse modelo em trinta e cinco municípios inicialmente e será agora a primeira reunião na semana que vem para um teste e vamos ver se realmente o sistema funciona. Acredito que funcione, porque é um portal de um milhão e meio que nos foi concedido tão gentilmente pela Secretaria de Tecnologia a nossa disposição.

O segundo objetivo, nós temos dois ônibus lilases, que precisam ser levados para as áreas rurais como não dispomos de equipes, estamos dispondo com as equipes dos municípios. Então, estamos criando uma agenda para esses ônibus lilases que estão passando por reforma. Atualmente eles estão sendo avaliados para ser feita a manutenção deles.

Temos um terceiro objetivo, que é criar um Conselho da Mulher ou uma Secretaria da Mulher ou uma Coordenação da Mulher chamado OPMs - Organismo de Política para as Mulheres. Abrimos três novas OPMs. Abrimos em Tangará da Serra, na nossa gestão; em Campo Novo do Parecis e em Primavera do Leste. Estamos com dez municípios com modelos de leis para criarmos as secretarias por se tratar de um ano eleitoral, pediram para que eu aguardasse no início do ano para que pudéssemos dar maior condição para implantação de uma Coordenação da Mulher.

E temos trabalhado fortemente no exército Marias da Penha, nessa organização onde homens e mulheres receberam vídeos, recursos, preparos, orientações para trabalhar em três frentes. Em primeiro lugar, na escola, como foi dito a importância da escola pela Sr^a Sr.^a Jocilene

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Barbosa, nós temos que fazer essa discussão na escola com pais, professores e jovens acima de dezesseis anos; no segundo momento com mulheres vítimas, onde esses voluntários visitarão mulheres com suspeita de violência doméstica ou já dentro do processo; e no terceiro momento, aos homens, nós abarcaremos o Projeto da Dr^a Lindinalva Rodrigues “Homens que agradam e não agridem”, para que possamos levar esse conteúdo a todos os homens no interior, nós pretendemos interiorizar o projeto da doutora. Agora, não se faz isso no terceiro escalão, não consegue-se fazer isso numa Secretaria onde tem-se muitas prioridades e quando você chega, infelizmente, dentro de uma proposta, de uma condição mínima de trabalho você não é prioridade.

Então, se não colocarmos a causa da mulher: “Ah! Mas existe a questão do negro...”, que também é importante, que é a questão de outras dependências, vamos criar uma Secretaria...

s/tmr

1207au16.tmr

A SR^a ISABEL CRISTINA GAMA SILVEIRA - ... do negro, também importante, a questão de outras dependentes. Vamos criar uma Secretaria da Mulher, a questão do negro e vamos criar uma Secretaria que tenha visibilidade, para que tenhamos articulação. Temos muito construído, já temos muito.

Mato Grosso, como a Dr^a Josinete disse, em 85, tivemos a Delegacia da Mulher; nós tivemos, em 2010, a criação da Superintendência e chegamos no momento de dar condições de voz e vez as mulheres mato-grossenses para que nós possamos trazer essa discussão de uma forma mais ampla que não estejamos emperrados nas questões administrativas aguardando que outras necessidades com certeza importantes, mas não mais importantes estejam a nossa frente impedindo que nós possamos realmente desenvolver com condições mínimas, porque eu volto a afirmar, 80% dos problemas das mulheres é uma condição de conduta. Nós temos que implementar a ampla discussão como estamos fazendo hoje. Estamos com um marco histórico para que possamos entender que desde 1988 somos todos iguais perante a lei. Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Convidamos para fazer uso da fala a Dr^a Rosana Leite Antunes de Barros, Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher.

A SR^a ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS - Boa tarde a todos e a todas!

Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Guilherme Maluf, Presidente desta Casa, e quero agradecê-lo, Deputado, porque ainda, como Presidente do Conselho Estadual, nós mostramos a sua assessoria a importância de trazer o debate, esta Audiência Pública para discutir os 16 dias de ativismo, e o Deputado imediatamente fez o Requerimento mostrando que ele é sensível às nossas causas, mostrando que ele é sensível à luta pelos direitos das mulheres. Então, quero agradecê-lo aqui por ter atendimento prontamente um pedido do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Eu quero cumprimentar também a Dr^a Tereza Maluf, que à frente da Coordenadoria da Sala da Mulher fez um brilhante trabalho mesmo sendo uma mulher que tem as suas ocupações ela se desempenhou, se desdobrou e deu o recado, Dr^a Maria Tereza, parabéns pelas suas ações.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

E também lembrar aqui que esta Mesa de Honra é uma Mesa de amigos, Deputado, porque a nossa luta em prol das mulheres é tão grande que nós acabamos unindo esforços e se tornando amigos.

A Dr^a Sazenazy, por exemplo, .../rof

1207au17.rof

A SR^a ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS - ... Dr^a Sazenazy por exemplo, promotora de justiça, entra em férias mas mesmo assim eu ligo para ela, Dr^a Sazenazy preciso da sua ajuda, Dr^a Jozi preciso da sua ajuda mesmo em férias, Dr. Jamilson e da mesma forma Dr.^a Tânia, Dr.^a Maila que são defensoras públicas, parece que nós que trabalhamos em prol da mulheres não tiramos férias, porque a violência permanece, a violência continua, então não sossegamos não é Dr. Jamilson? Nunca, nem de férias. Então acabamos nos tornando amigos porque sistema de justiça em prol das mulheres.

Os 16 dias de ativismos ele tem essa campanha mundial, tem uma importância muito grande para nós mulheres e no Brasil ela acontece a partir do dia 20 em homenagem as mulheres negras que são a maioria no Brasil e que infelizmente são maioria também as que sofrem violência Deputado, são dados tristes e que precisamos também trabalhar essa não violência contra as mulheres, principalmente as mulheres negras que mais sofrem violência.

Aqui nesta Audiência Pública nós gostaríamos que estivesse repleta mas nós temos movimentos sociais importantes nós temos aqui o fórum de articulação e mulheres negras, nós temos a CENEG representada, o MT Mama, Marcha Mundial de mulheres, nós temos o fórum de articulação de mulheres de Mato Grosso, representante de assessoria do Deputado Ságuas Moraes aqui presente também, CUT, SINTEP, a UFMT através do NUEPON e a OAB também através a Dr.^a Ceci Campos, temos várias representações, a ONG LÍRIOS que atende também mulheres vítimas de violência, então nós realmente estamos bem representadas aqui dentro, nós tivemos uma agenda nestes 16 dias de ativismos e foram varias ações mostrando a importância de se debater mais uma vez o que sofrem as mulheres dentro e fora dos lares.

Mato Grosso, nós temos um triste dado para apresentar, a região Centro Oeste é a região onde as mulheres são mais assediadas nas ruas, 92% da mulheres que foram entrevistadas falaram que já foram assediadas nas ruas, 8% da mulheres de Mato Grosso já foram estupradas Elis, dentro do ambiente público, isto são dados graves mostrando sempre a hierarquia do homem sobre a mulher.

Então quero aqui aproveitar este momento e faze pedidos importantes, a pessoas sensíveis, a autoridades sensíveis...S/lcb

1207au18.lcb

A SR^a ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS -...autoridades sensíveis e que tenho certeza que se esforçarão mais uma vez em prol dos direitos das mulheres.

Eu quero pedir aqui ao Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Maluf, hoje, Deputado, o nosso plano estadual de políticas para mulheres, que é o primeiro plano de direitos humanos de Mato Grosso se encontra dentro da Casa Civil para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

publicação. Quero pedir o empenho da Vossa Excelência junto ao Governo do Estado para que este plano seja publicado, para que nós possamos...

(NESTE MOMENTO A PLATEIA MANIFESTA-SE COM PALMAS)

A SR^a ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS -...enxergar este plano realmente dentro das secretarias de Governo. É isso que nós queremos vislumbrar os direitos das mulheres em todos os lugares, em todos os setores do Estado. E nós trabalhamos arduamente dois anos para que isso acontecesse. Hoje ele se encontra para publicação dentro da Casa Civil.

Quero me dirigir agora um pedido especial ao Dr. Rogério Modeli, que eu sei que também é uma pessoa extremamente sensível, nós já participamos de reuniões em prol da Delegacia de Defesa da Mulher, e quero mais uma vez fazer um pedido ao senhor, Dr, para que nós tenhamos aqui em Cuiabá, nós somos referência na aplicação da Lei Maria da Penha no que diz respeito a Defensoria, Poder Judiciário e Ministério Público, somos referência nacional na aplicação da lei. E nós queremos também ser referência de delegacias, precisamos de uma delegacia 24 horas de atendimento à mulher vítima de violência, precisamos muito...

(NESTE MOMENTO A PLATEIA MANIFESTA-SE COM PALMAS)

A SR^a ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS -...muito dessa delegacia.

Eu sei que já há uma tratativa dentro da diretoria geral para que isso aconteça, e quero aqui reforçar que somos maioria da população. Eu como Defensora Pública posso dizer aos senhores e às senhoras aqui presentes: de dez inquéritos, hoje, oito são de mulheres. De dez atos, crimes que acontecem nos plantões oito são contra mulheres. Então, nós precisamos, sim, reforçar esse atendimento da mulher, a delegacia 24 horas terá pessoas capacitadas para atender a mulher qualquer hora que ela precisar. Então, nós queremos garantir a eficiência e a efetividade da Lei Maria da Penha, nós precisamos dessa garantia às mulheres, precisamos muito. E também, Dr Rogério, pedir novamente ao senhor que as delegacias de defesa da mulher novamente sejam prioridades para o Estado apenas da defesa dos direitos das mulheres.

(NESTE MOMENTO A PLATEIA MANIFESTA-SE COM PALMAS)

A SR^a ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS - Hoje as delegacias de defesa dos direitos das mulheres atendem também outras prioridades importantíssimas para a sociedade que são crianças, adolescentes e idosos.

A Delegacia de Defesa das Mulheres é uma luta árdua, uma luta muito grande...

...s/cac...

1207au019.cac

A SR^a ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS - ...que são crianças, adolescentes e idosos. Mas a Delegacia de Defesa das Mulheres é uma luta árdua, é uma luta muito grande justamente porque somos a maioria, justamente porque os delitos vem acontecendo contra as mulheres, as estatísticas mostram essa hierarquização do homem sobre a mulher. Precisamos, sim, que essas delegacias que em regra são a primeira porta de entrada da mulher, que elas sejam capacitadas apenas para atender as mulheres e esse é um pedido da Defensoria Pública, do Núcleo de Defesa da Mulher e eu tenho certeza, de todas as mulheres aqui presentes.

Agradeço muito a toda sociedade pela receptividade que eu tive como Presidente do Conselho Estadual, desde segunda-feira a nossa querida Dr^a Jocilene Barbosa assumiu a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Presidência do Conselho e tenho certeza que desempenhará e que dará continuidade as ações tão importantes que o Conselho vem dando.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Convido a Dr^a Sasenazy Soares, Promotora de Justiça do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público.

A SR^a SASENAZY SOARES ROCHA DAUFENBACH- Boa tarde a todos!

Cumprimento a sociedade mato-grossense e as autoridades presentes desta Casa, na pessoa do Presidente Deputado Guilherme Maluf e Dr^a Maria Tereza Maluf. Peço a todos que me acompanham, eu vou de pé cumprimentá-los e aos demais colegas da Mesa que merecem toda essa minha deferência. Cumprimento também o Delegado de Polícia, Dr. Rogério Mantelli; Dr^a Isabel, Superintendente de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado de Mato Grosso; Dr. Jamilson Hadad, Juiz de Direito da 1^a Vara de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Dr^a Rosana Leite, Defensora da Defensoria Pública Especializada do Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher; a Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Mulher, Dr^a Jucilene, parabéns pela sua investidura e estamos juntas! A Dr^a Jocilene Barbosa, Delegada de Polícia da Delegacia Especializada de Enfrentamento à Violência Doméstica Familiar contra a Mulher. E de plano agradeço imensamente o convite de todos os presentes nesta Casa de Leis, principalmente pela paciência de nos ouvir.

Em 2009...

s/tmr

1207au20.tmr

A SR^a SASENAZY SOARES ROCHA DAUFENBACH - ... pela paciência em nos ouvir.

Em 2009, fui empossada na Comarca de Várzea Grande como a primeira Promotora de Justiça atuante no enfrentamento à violência doméstica familiar daquela Comarca.

E ali enfrentei primeiro os meus próprios preconceitos, enquanto mulher, porque compreender esse universo de ciclo de violência significa quebrar os paradigmas de uma mulher empoderada e ter empatia com aquela que sofre o ciclo de violência. E neste aspecto dedico toda a minha gratidão às equipes multidisciplinares, porque não foi a lei que me fez entender aquilo que viviam aquelas mulheres, aquele ciclo de violência e aquele acorrentamento à violência.

Eu sei que muitas pessoas se orientam pelas balizas. Mas aquela senhora sofre violência e continua com aquele marido? Aquela senhora sofre violência praticada pelo filho e continua ali se submetendo a essas circunstâncias? Mas esquecem, todavia, que isso está intimamente ligado a uma doença psicológica envolvida no ciclo de violência, onde ela vai reproduzindo aquela sistema a ponto de não conseguir reconhecer os próprios rios que correm na seara da violência doméstica.

E o Ministério Público nesse tempo, de 2009 para cá, que eu estou trabalhando na área de violência doméstica, me deslocuei também para a infância e juventude e ali encontrei também as mesmas questões interligadas na infância e juventude. O Ministério Público vem trabalhando paulatinamente sempre a ideia desse cerne de poder, que são os núcleos familiares.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Os núcleos familiares nós aprendemos - e agora vamos entregar a idade - lá na Educação Moral e Cívica que a família era a base de uma sociedade. Precisamos resgatar esse respeito intrafamiliar para que possamos ter sociedades harmônicas e economicamente ativas.

O problema de segurança pública também está ligada à violência doméstica. E poderia numerar aos senhores um cem números de casos que atuei como Promotora dentro da minha limitação profissional em que problemas que atuei enquanto Promotora criminal estavam intimamente ligados aos problemas que advinham de problemas domésticos intrafamiliar.

Pessoas que cresceram vendo violência doméstica e familiar e não conseguiram dessarmar dessa violência doméstica ou familiar ou sua mãe não conseguiu se livrar dessa doença do ciclo de violência juntamente com o seu pai e reproduziu isso ao seu filho e isso foi virando uma bola de neve social. Temos que lembrar que não vivemos numa redoma de vidro. Ou seja, a violência doméstica do nosso vizinho ou daquele bairro distante está intimamente aquela violência que .../rof

1207au21.rof

A DR.^a SAZENAZY SOARES ROCHA DAUFENBACH - ... ou daquele bairro distante está intimamente ligada aquela violência que podemos sofrer como qualquer pessoa na rua, porque a violência contra a mulher ela também prolifera nos diversos núcleos afinal de contas, como disse os senhores em uma redoma de vidro, ou seja, aquela criança que sobre violência doméstica dentro da sua casa vendo a sua mãe sofrendo violência doméstica reproduzindo essa convive com as famílias também aqueles constituem na sua essência violência doméstica. Enfim, temos um conglomerados de situações em que promotorias, varas especializadas, delegacias especializadas, núcleo de enfrentamento dentro da própria rede psicossocial, precisam olhar com muito foco para o mapa de violência e problemas sociais que vivemos e que são muito intimamente ligados a violência doméstica familiar contra a mulher.

Eu tenho muito orgulho de fazer parte desta equipe, de fazer disto também um sacerdócio dentro da minha profissão e Rosana, eu acho muito bom quando a senhora liga e eu estou de férias e consigo resolver, viu? Porque significa que o nosso comprometimento vai justamente ao encontro daquilo que estamos aqui para fazer que é servir, nós somos servidores na acepção última dessa palavra e conclamo a todos vocês a pensarem em vários aspectos que aqui já foram levantados, trazendo também o revange pornor, que é justamente o que muitas mulheres tem passado nas redes sociais quando terminam seus relacionamento e se veem expostas, seminuas, muitas vezes em momentos íntimos e familiares nas redes sociais por uma vingança daquele companheiro, daquela pessoas com quem convive e isso termina viralizando submetendo aquela pessoa a diversas situações a ponto de a depressão, que é outra doença muito comum nesta sociedade, transformar a vida e morte destas pessoas.

(O SR. DEPUTADO NININHO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 15H34MIN)

Então conclamo todos vocês a pensarem junto com esta Casa de leis, que tem justamente esta possibilidade de trazerem para cada um e para cada momento a violência doméstica não como um problema do outro, mas um problema nosso e se nós não tivemos nenhum feminicídio em Cuiabá este ano, foi justamente em razão do trabalho desta maravilhosa equipe, desta Casa de leis que eu peço aos senhores deem uma salva de palmas porque é uma vitória imensa (PALMAS),

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

lembro aos senhores que servir não significa única e exclusivamente ir lá e fazer o trabalho, mas se dedicar para além deste trabalho.

Agradeço a todos aqui...S/lcb

1207au22.lcb

A SR^a SASENAZY SOARES ROCHA DAUFENBACH-...agradeço a todos aqui pela atenção, agradeço especialmente por todos os meus companheiros dessa batalha, porque em nenhum momento, de nenhuma das autoridades aqui presente ou de nenhum órgão aqui presente, recebi um não de um telefone que seja mais ou menos inapropriado. Nunca um problema relativo á violência doméstica familiar contra a mulher fora tão respeitada.

Então, vamos disseminar isso. Conseguimos em Cuiabá, por que não conseguimos disseminar a ausência de feminicídio no Estado inteiro? Compete a nós popularizarmos isso. O Ministério Público teve projetos como o PLP, Promotores Legais Populares, vi as nossas representantes aqui que vão à comunidade, trazem isso, vamos popularizar isso. Quero a participação de todos vocês junto com o Ministério Público nessa cavalgada, porque nós não estamos só lá no fórum, nas promotorias, nós estamos na rua, esse trabalho com a população é que traz para nós justamente essas estatísticas que a Dr. Josilete pontuou: o aumento do número de ocorrências não necessariamente significa o aumento de violência, mas significa também o aumento da conscientização a respeito de direito que estavam lá atrás represados.

Então, o trabalho de cada uma dessas pessoas aqui presentes que as quais eu devoto extremamente respeito significa que nós estamos no caminho certo, precisamos auxiliar essas mulheres do campo, das florestas, das águas, para que elas também se empoderem e damos um basta em toda essa situação para que esses momentos, inclusive, desarmônicos sociais que nós vivemos, momentos de desalentos, momentos às vezes de incompreensão e intolerância sejam abafados nos seus lares, mas com respeito. Porque como diz o projeto, como preconiza um dos projetos que nós temos no Ministério Público: “Lá em casa sempre quem deve mandar é o respeito”.

A minha gratidão a todos vocês e muito obrigada.

(NESTE MOMENTO A PLATEIA MANIFESTA-SE COM PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Convido para fazer o uso da palavra, o Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Cuiabá.

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS - Boa tarde a todos!

Cumprimentar o Deputado , Nininho, presidindo a Mesa, e a Assembleia Legislativa do Poder Legislativo em seu nome, cumprimentar as mulheres que compõe a Mesa na pessoa da autora do Requerimento...

...s/cac...

1207au023.cac

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS - ...as mulheres que compõem a Mesa na pessoa da autora do Requerimento desta solenidade, então Presidente do Conselho Estadual da Mulher, Dr^a Rosana, minha amiga, Defensora Pública deste Estado. Cumprimento todos os presentes e expressar a minha esperança pela igualdade de vida, de dignidade de direitos da mulher na pessoa da minha filha, minha amada filha, Amine Haddad, que amo muito! (PALMAS) Uma menina

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

magnífica e quando adulta, que esteja num mundo muito melhor para as mulheres e para as vivências entre homens e mulheres em igualdade.

Eu se sinto muito honrado toda vez que participo de solenidade como esta e pude acompanhar o trabalho que tem sido feito pela Assembleia Legislativa em parceria em todos os projetos que são relacionados, direcionados a essa campanha, a esse combate para diminuir a agressão, a violência em desfavor das mulheres, as dificuldades que temos em relação à aplicabilidade da Lei Maria da Penha. É uma honra, porque estamos aqui ladeando sempre essas pessoas que lutam por essa causa com muita dignidade, Dr^a Sasenasy, no Ministério Público; Dr^a Rosana sempre participando desses momentos e todas mulheres que estão compondo esta Mesa.

Eu gostaria de ressaltar que o Brasil é o 5º País mais violento do mundo em relação a violência contra a mulher. Qual a causa, o por que dessa situação de violência? Hoje, a ciência tem demonstrado que nós temos, como seres humanos, uma programação neurolinguística de quando nascemos até os dias atuais, ou seja, as vivências são registradas e repassadas de geração a geração, então, toda nossa formação está programada neurolinguisticamente, de quando nascemos até os dias atuais. O que significa esse ciclo da violência? Significa a repetição dessas padrões de comportamento. E temos também a ciência caminhando cada vez mais aprofundando na antropologia, na psicologia, filosoficamente na prática e a ciência, sem si, que tem também encontrado o que nós por meio de nossas gerações transmitimos todos os nossos registros de violência e isso vem dos nossos pais, avós, bisavós, tataravós, de toda árvore genealógica, ou seja...

s/tmr

1207au24.tmr

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS -- ... bisavós, tataravós, de toda a árvore genealógica, ou seja, as gerações dos nossos antepassados. Isso tem explicação nas constelações. E isso é ciência. Então, toda essa violência, essa cultura machista são atos de reiterados de comportamento humano numa determinada sociedade.

Gênero, interpretação pela qual essa sociedade dá em relação a essa questão. Então, nós temos uma cultura machista e sabedores em relação à ciência toda transmissão genética em que vem dando na árvore genealógica nessa cultura machista e na nossa programação neurolinguística resulta nessa vivência negativa que hoje o Brasil é o quinto país mais violento do mundo. Isso têm dois fatores que devem ser ressaltados. As mulheres antes sofriam essa violência e não tomavam providências. Hoje, a mulher, através dessas palestras, a partir da Lei nº 11.340/2006, que foi uma recomendação da ONU, porque se viu milhares de mulheres sendo mortas na América Latina e no mundo, e houve essa recomendação e o Brasil como consignatário aprovou essa legislação, que é considerada a terceira melhor legislação do mundo no combate à violência doméstica contra a mulher. E tenho a honra de dizer que tenho feito a minha parte.

Em relação aos homicídios todos receberam punição. Todos os processos que passaram em minhas mãos em relação ao homicídio foram todos pronunciados. Eu decido as medidas protetivas praticamente no mesmo dia que chegam a minha Vara. Eu não tenho tempo em relação à formalidade. Todos que lá vão, estando lá, eu recebo a todos. Já participei de várias reuniões sejam com profissionais de Sistema de Segurança Pública, do Sistema de Justiça ou pessoas da comunidade, estudantes, qualquer que seja, eu estou lá à disposição, o gabinete está de portas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

abertas. Procuo um relacionamento institucional somando forças com todo o Sistema de Justiça e todo o Sistema de Segurança Pública para que façamos sim, de acordo com esse artigo que muito foi ... pela Dr^a Josilete da comunhão de esforços institucional nessa causa.

Eu quero dizer que nós não temos só passando informações negativas. Eu procuro honrar o que eu faço, amo o eu faço e procuro ser responsável naquilo que eu faço.

Eu fui considerado em relação ao cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça eu fiquei em primeiro lugar em cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça e a terceira maior produtividade do Estado de Mato Grosso, segundo a nossa Corregedoria Geral de Justiça. Eu estou fazendo a minha parte. (PALMAS) Isso está sendo possível porque nós temos pessoas vocacionadas, que amam .../rof

1207au25.rof

O DR. JAMILSON HADDAD CAMPOS - ... isto esta sendo possível porque nós temos lá pessoas vocacionadas que amam o que fazem, trabalham com responsabilidade, nós temos um sistema de justiça que muito bem funciona em relação a esta crime contra a violência doméstica, nós comungamos discursões, debatemos com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, respeitosaente com relação aos advogados e nós estamos buscando com esta força, com projetos que tem tudo total apoio do Presidente do Tribunal de Justiça Estado de Mato Grosso, que sempre quando precisa ele está ali a disposição de maneira muito atenciosa em relação a esta problemática da causa da mulher e todos os poderes, instituições trabalhando em conjunto, por isto que Mato Grosso é referencia nacional na aplicação da Lei Maria da Penha.

Eu tenho desenvolvido projeto de constelação para tratamento de mulheres vitimas Deputado Nininho, de violência doméstica e fui pioneiro na violência doméstica na constelação, a gente precisa divulgar notícias boas e tenho que divulgar aquilo que faço com amor. Também desenvolvendo projeto de tratamento aos agressores com a psicóloga Dr.^a Eliane via um projeto muito bom já foi implantado imediatamente na 1^a vara de violência doméstica, temos este projeto com parceria da faculdade FAUC e com o setor psicologia que esta sendo excelente também é um projeto piloto e também tive a honra, por amor em relação ao trabalho que é desenvolvido no Estado de Mato Grosso por todos os juizes, estive dia 06, ontem, na Bahia como facilitador, para mim foi uma honra por ser Juiz aqui de Mato Grosso dando palestra e como facilitador junto aos juizes, Magistrados do Tribunal de Justiça da Bahia em relação as dificuldades da aplicabilidade da Maria da Penha.

Então quero dizer que contem comigo, quero parabenizar Dr.^a Rosana, parceira, amiga por esta trabalho sempre esta me chamando e conversando conosco, a primeira audiência foi pioneira, na audiência de admoestação aqui em mato Grosso a Dr.^a Rosana estava lá, reforçando este trabalho e esta registrado na Ata o apoio da Defensoria Pública que entendeu que esta audiência de admoestação, que hoje é Projeto de Lei, esta na recomendação do oitavo FONAVIDA que foi agora em Belo Horizonte e também do Supremo Tribunal Federal na jornada, décima jornada em relação ao combate a violência contra mulher que foi no Supremo Tribunal Federal, é uma das recomendações da jornada também a audiência de admoestação.

Então é uma honra, quero dizer e desejar sucesso para a nova presidente que estará assumindo, nós estamos a disposição sempre que solicitada audiências com sistema de segurança,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

com as delegacias estou sempre lá de pronto, somos parceiros, temos delegados amigos altamente qualificados e nós estamos lá a disposição para o que precisarem....S/lcb

1207au26.lcb

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS -...à disposição para o que precisarem e é uma honra trabalhar com a Dr^a Sasenazy, com a Dr^a Lindinalva, com a Dr^a Elizamara, com a Dr^a Rosana, com a Dr^a Maila que chegou há pouco tempo e está fazendo um trabalho magnífico lá, não tem tempo ruim, pessoa extremamente responsável, de alta qualidade e está de parabéns a Defensoria Pública, e dizer a todos os senhores, à Assembleia Legislativa em nome do que está presidindo, Deputado Nininho, que está de parabéns e a Assembleia Legislativa tem apoiado todos os projetos a esta causa de combate à violência contra a mulher. É um honra estar aqui e contem sempre comigo.

(NESTE MOMENTO A PLATEIA MANIFESTA-SE COM PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Quero parabenizar o Dr. Jamilson, dizer que com certeza para nós aqui de Mato Grosso é um orgulho ter o senhor representando o nosso Estado lá fora, dando palestra num tema tão importante quanto esse que se diz respeito a Lei Maria da Penha.

Nós que vivemos num país, num mundo que a violência vem aí andando a passos largos aonde muitas vezes ela causada em função da bebida alcoólica e muitas vezes em função do excesso de droga que hoje está tomando conta do nosso país e do mundo, que eu tenho dito constantemente e quero aqui parabenizar o nosso presidente, Dr. Guilherme Maluf, sua esposa Dr^a Tereza, e aqui em nome da Rosana parabenizar todos essas mulheres, essas pessoas ligada diretamente ao judiciário e as que fazem voluntariamente esse trabalho procurando combater a violência das mulheres.

Então, eu tenho dito, Dr Jamilson, se não fizer alguma coisa para inibir um pouco a entrada da droga no nosso país para combater a droga, para combatermos um pouco a bebida alcoólica o país vai indo para um caminho sem volta. Hoje o gasto q eu o nosso País tem em função Dan droga é incalculável, porque ela traz uma despesa imensa quando se trata da violência, mas em função da violência ela traz um custo altíssimo para o nosso País...
...s/cac...

1207au27.cac

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - ...mas em função da violência, ela traz um custo altíssimo para o nosso país, para o nosso Estado quando se trata da saúde porque todos os problemas que são gerados pelo violência acabam indo para um tratamento médico e quem banca é a população, o Governo do Estado e o Governo Federal.

Então, como temos debatidos esses temas, nós apresentaremos nesta Casa em breve um Projeto, Dr. Jamilson, que trata da segurança das fronteiras onde Mato Grosso do Sul já vem trabalhando esse tema. É um projeto onde trata-se de uma rodovia pavimentada ao longo da fronteira e inicia-se de Mato Grosso do Sul adentrará toda fronteira seca do nosso País com os demais países como Bolívia, para que possa intensificar mais a entrada, o combate da entrada dos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

entorpecentes em nosso País, no Pará e especial em nosso Estado. Com certeza isso só se combaterá com investimentos e eu acho que um dos investimentos quando já existe um estudo onde queremos apresentar, até o Ministro Alexandre de Moraes esteve presente há poucos dias no Palácio onde tratávamos desse assunto. Então queremos levar essa sugestão ao Governo do Estado onde será apresentado à Assembleia Legislativa para que possamos captar recursos junto ao Governo Federal porque com certeza é um investimento de grande importância para combater a entrada do tráfico. E também esse trabalho social, Dr^a Maria Tereza, que se faz com as famílias, acredito que se as famílias não se atentarem mais e contribuírem um pouco com os Poderes públicos, doutora, ninguém consegue fazer segurança mais num país onde a nossa juventude está sendo tomada pelos traficantes. E quando as famílias não dão conta de controlar os filhos, imagine o Poder público e toda uma sociedade. As famílias tem que fazer algo para contribuir para amenizar a violência em nosso País. E com certeza, se combatermos a droga e o álcool o índice da violência com relação as mulheres diminuiriam muito em nosso Estado e em nosso país.

Mas eu quero parabenizá-la pelo belo brilhante trabalho, pelas homenagens que o senhor tem recebido pelo seu trabalho prestado pela nossa sociedade do nosso querido Estado de Mato Grosso.

Dando continuidade, passo a palavra às inscrições da plateia. A primeira inscrita é a Sr^a Adriana Catelli Corrêa, Conselheira que neste ato representa...

s/tmr

1207au28.tmr

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - ... Adriane Catelli Corrêa, Conselheira neste ato representando a Presidente do MT MAMA, a Sr^a Veranice Valéria.

A SR^a ADRIANA CATELLI CORRÊA - Boa tarde a todos e a todas; boa tarde as autoridades da Mesa, como os espaços de discussão para questão da mulher ainda são poucos precisamos aproveitá-los para trazer as nossas demandas, não podemos perder essa oportunidade.

O que eu gostaria de colocar que eu acho muito importante nessa reflexão que estamos pretendendo fazer é que a violência contra a mulher ou contra as mulheres não é um problema que atinge somente as mulheres, como a Dr^a Sassenazy colocou.

A violência contra a mulher é prioridade que deveria ser prioridade número um dos governantes. Infelizmente nem sempre o discurso é igual à prática. Por quê? Porque a violência contra a mulher atinge a sociedade toda, toda a sociedade sofre. Então, eu acho que é o momento e esta Audiência Pública e os 16 dias de ativismo contribuem para que coloquemos isso muito claramente. É um problema social que não é uma questão de feministas, nervosas, que não têm mais nada para fazer e ficam inventando coisas.

É um problema social. As pessoas morrem por causa da violência contra a mulher e morrem efetivamente ou morrem em vida. Porque são oprimidas no seu dia a dia, não conseguem realizar os seus sonhos diante de situações as quais elas não conseguem sair. E nisso a Lei Maria Penha, eu considero que é um grande avanço, porque ela traz claramente que a violência não é somente a violência física, mas a violência psicológica.../rof

1207au29.rof

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

A SR^a ADRIANA CATELLI CORRÊA - ...mas a violência psicológica, a violência patrimonial, a violência sexual, as múltiplas formas de violência que a mulher sofre e que a gente não pode mais banalizar como se fosse uma coisa qualquer.

Então eu em nome das mulheres que eu represento, que são as mulheres que tiveram câncer de mama e sofreram a mastectomia e perderam seus seios como eu perdi os meus dois seios aos trinta e oito anos, em nome delas, da violência que a gente sofre ao dizer: não você não corresponde mais ao padrão de beleza; eu não quero mais você, porque você não esta mais de acordo, não serve para mim; você não serve mais para nada. Então em nome destas mulheres, eu quero aqui dizer que a gente precisa autoridades, fazer meu apelo da Dr.^a Rosana, da Dr.^a Jozirlethe, a gente precisa desta rede de atendimento, porque o físico fica machucado e a alma fica muito, muito, muito machucada.

É preciso de uma rede de atendimento, inclusive desses profissionais multidisciplinares para que esta mulher possa se recuperar daquele machucado que ficou na sua alma. O meu apelo é para que o plano de políticas para as mulheres que o nosso conselho encaminhou, seja posto em prática. Para que as delegacias da mulher seja doutor, da mulher. Por que? Porque aquele momento para ela é muito mais do que uma ferida, um olho roxo, é algo que ela está destruída e a delegacia é o lugar onde ela vai buscar saída para isso, então é um momento que precisa ser só dela.

Também dizer que eu como professora que sou, educadora com muito orgulho, eu acredito que as discursões de gênero, não a questão do sentido sexual, mas a questão de gênero no sentido maior, precisa ser sim discutida, debatida dentro das escolas que a saída é a educação...S/lcb

1207au30.lcb

A SR^a ADRIANA CATELLI CORRÊA -...que a saída é a educação. Eu quando professora tive um aluno que dizia para mim: “Eu juro que não existe violência contra a mulher, a senhora está inventando. Imagina, professora!” E desenvolvemos projetos e no final desse trabalho esse aluno mudou de ideia.

Então, realmente, não tem outro caminho, para mim é a educação.

Muito obrigada.

(NESTE MOMENTO A PLATEIA MANIFESTA-SE COM PALMAS)

Obrigado, Adriana! Agora, chamo a próxima inscrita, Sonia Rocha, Diretora da CUT Mato Grosso.

A SR^a SONIA ROCHA - Boa tarde a todas e a todos!

Quero agradecer aqui o convite para continuarmos nessa luta árdua que é discutir e encaminhar a vida e a luta das mulheres, porque a cada dia que passa, que pensamos que estamos avançando, lutando e conseguindo algo que possa ser melhor para as mulheres, aí nos defrontamos a cada calamidade que tem acontecido no nosso Estado e nosso País.

Estamos vendo e fiquei muito feliz quando aqui numa Audiência Pública foi anunciado que chegou tornozeleiras eletrônicas para colocar nos homens que tinham problemas, e quando tinha violência contra a mulher estava colocando as tornozeleiras. Mas hoje os homens lá obedecem essa tornozeleira? Porque temos visto muito conflito de homens que têm a tornozeleira no pé e vai lá e mata, chuta com a tornozeleira para machucar mais ainda. E cadê o controle?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então, se não conseguimos fazer o controle desses marginais aí com essas tornozelas, o que adianta também colocar? Porque o homem quando ele quer matar, ele mata. Quando ele quer fazer uma violência, ele mata. Ele não tem medo. Nós vemos aí casos de estupro aonde vemos as mulheres lutando e as autoridades lutando e quando você abre os jornais, você vê falar que as autoridades estão fazendo estupro! Como é que nós podemos pregar uma situação dessa num País igual o nosso? Como é que podemos acreditar? Não podemos deixar isso por debaixo do tapete...

...s/cac..

1207au031.cac

A SR^a SÔNIA ROCHA - ...acreditar? Não podemos deixar isso debaixo do tapete, não! Nós temos que falar! E temos que falar que violência assim deveria ter pena maior. Certo? Porque tem muita gente que esconde atrás das cascas do poder e consegue fazer esses conflitos (PALMAS). Mulheres, homens, porque eu sei que aqui tem muitos homens que se engaja na causa da mulher, nós precisamos fazer mais! O que? Eu não sei! Porque nós fazemos muito, esse conselho faz muito. Nós vemos Dr^a Rosana nesse período em que ela ficou como Presidente desse Conselho, a Dr^a Rosana não tinha quase mais vida para a mulher era mais voltada para o Conselho das Mulheres e a luta das mulheres.

Então precisamos saber que temos que fazer, comecei a história de cima para baixo. Aí nós temos que chegar lá nas escolas nas creches, porque se nós não temos creches suficientes para deixar as crianças para que os pais, as mães possam trabalhar, porque sabemos que é a mãe que fica responsável por essas crianças. Nós sabemos que a escola é a base e por isso precisamos que a escola dê essa proteção, que a escola possa pregar para as crianças para que elas possam crescer sabendo que é uma violência e como fazer, porque senão nós não teremos isso, nós vamos alcançar quando? Só prendendo, só prendendo, só prendendo?

(NESTE MOMENTO O SR.DEPUTADO GUILHERME MALUF REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16H03MIN.)

A SR^a SÔNIA ROCHA - Nós vemos todas essas coisas, vemos o mundo em que essas mulheres sofrem. Eu quero falar para vocês do mundo do trabalho e quero dar um testemunho. Quero falar para vocês que quando entramos nessa crise que o Brasil está falando que está pregado por um poderio que fez o país ficar desse jeito e nós entramos nesse colapso. E quando começa a crise entrar começam as demissões. Quem primeiramente será demitido? Mulheres, homens? O Banco Itaú acabou de demitir e de onze funcionários aqui de Mato Grosso dez são mulheres. E vai falar que as mulheres não tem a capacidade que tem os homens? Claro que tem! Claro! E nós, mulheres, somos mais dedicadas porque temos medo de perder o emprego. Mas na hora de perder, vão as mulheres! Porque a maioria das mulheres não vai para barzinho tomar cerveja, não vai contar história fiada, não é companheiro de muitos gerentes, de muitas autoridades, que já ouvimos falar que Presidente não ia para barzinho tomar uísque. E aí perdeu o mandato, certo?

Então mulheres, vamos falar, vamos continuar na nossa luta que sabemos que não é uma luta fácil, nós sabemos que é uma luta muito árdua, mas nós não vamos desistir...

s/tmr

1207au32.tmr

A SR^a SÔNIA ROCHA - ... é uma luta muito árdua, mas nós não vamos desistir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

E quero falar, Deputado, que nós falamos assim: Mas hoje as mulheres não poderiam ser usadas só como laranjas para serem candidatas e para depois serem usadas, se candidatarem, ir lá e aprovarem os homens.

Então, quero dizer que a CUT tem um programa... Hoje nós temos paridade. E para irmos ao encontro nacional da CUT, nós temos que sair com paridade dos nossos movimentos, dos nossos sindicatos, porque senão nem inscrição lá não faz. Nem inscrição. E quando chegamos lá é meia a meia, metade da diretoria da CUT nacional, estadual é por paridade. Então, por que não podemos pregar isso nos Parlamentos brasileiros? Vamos inventar a lei. Cadê o nosso Congresso? Cadê o nosso Congresso Nacional que não pode fazer isso? Paridade, já que não temos condições financeiras estamos sendo usadas. Então, paridade. Tanto de vaga vai ser para as mulheres. Aí vamos lutar, vamos conseguir chegar lá e nós vamos lá mostrar qual é o nosso diferencial. Obrigada! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Com a palavra, o Luiz Carlos Grassi, Superintendente de Articulação de Políticas Públicas das Pessoas com Deficiência.

O SR. LUIZ CARLOS GRASSI - Boa tarde a todos e a todas!

Nós agradecemos e ficamos felizes por ter cerimônias como estas, embora pela minha audição de cego este Auditório está com muita pouca mulher pelo evento. Isso já mostra a desarticulação do maior número de cidadãos que temos neste país, que são as mulheres. Então, isso é uma pena.

E nosso Deputados Guilherme Maluf e Nininho, essa direção da Assembleia Legislativa que tem dado exemplo, enquanto gestão, porque a Assembleia Legislativa hoje não tem mais deuses aqui. Ela tem feito uma gestão, enquanto administração de um órgão público, como ele deve ser. Mas nesta Assembleia Legislativa observamos que tem uma mulher, como Parlamentar. E esta é uma pergunta que eu dirijo aos Srs. Deputados, o que fazer? Porque fizemos uma lei um tanto hipócrita. Ou seja, onde uma lei federal garante uma percentagem para as mulheres estarem nos partidos e para concorrerem as eleições. Quando, na verdade, se eu queria garantir um direito .../rof

1207au33.rof

O SR. LUIZ CARLOS GRASSI - - ...quando na verdade se eu queria garantir o direito eu deveria colocar aqui obrigatoriamente das vinte, trinta, oito ou dez ou quinhentas e tantas vagas ou oitenta e uma vaga, 10,15, 20% teria que ser obrigatoriamente mulheres eleitas. Isto seria sim garantir o direito, iniciar a garantia. Porque em uma cultura onde a mulher ela só manda na cozinha, a onde a mulher tem autoridade neste país? Na cozinha, e ainda para cozinhar aquilo que levam para a cozinha, porque ela não tem autonomia muitas vezes para decidir o que vai entrar nesta cozinha.

Nós observamos que o único espaço que a mulher tem tido são os espaços de educação, onde elas tem tido o privilégio de nas escolas serem diretoras, em algumas universidades e através do estudo as mulheres estão ascendendo a cargos que o Poder Judiciário ou Poder Público a elas permitem através dos concursos públicos, mas através do processo eletivo, as mulheres não tem avançado. Por que? Porque é uma cultura machista, ou seja, nós somos uma cultura machista e as mulheres são uma cultura machista, elas mesmo sendo femininas elas retratam, elas refletem a cultura do país, que é uma cultura machista.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Para que esta realidade mude eu acredito e quero ver a opinião dos nossos Deputados, o que eles poderiam estar encaminhando de fato enquanto proposta efetiva, das vagas tantas eleitas deverão ser mulheres (PALMAS) e quando a gente trata de direitos, da violência contra as mulheres, a gente observa que a cultura é tão machista que as nossas mulheres são reprimidas, violentadas e quando chegam numa delegacia, elas são extremamente maltratadas por nossos servidores públicos que estão lá, que eram para colherem estas mulheres. Nas delegacias as onde não há mulheres atendendo ou as vezes onde há, nas delegacias comuns, não as especializadas, se as mulheres chegarem para fazer uma reclamação, elas são marginalizadas, além de já terem sofrido um crime ainda são marginalizadas lá no balcão de atendimento. Isto é lamentável, acontece muito e quem falar que não acontece está mentindo, porque nós ouvimos os depoimentos das mulheres chegam nestas delegacias e são marginalizadas. Como se ela estivesse cometendo o crime de ir lá denunciar um sujeito pilantra. É importante que o Poder Judiciário e o Ministério Público se atente a isto, a começarmos a qualificar os nossos servidores para que eles atendam bem seja pessoa com deficiência, seja idoso, seja mulher que esteja sofrendo uma violação de direito, ao chegar...S/lcb

1207au34.lcb

O SR. LUIZ CARLOS GRASSI -...que esteja sofrendo uma violação de direito, ao chegar em uma delegacia ela tenha o atendimento, o acolhimento digno de um cidadão, porque afinal de contas nós estamos lá recebendo salários como servidores pagos pelo imposto dessas mulheres ou cidadãos brasileiros que os garantem estar empregados. Então, nós temos que tratá-las bem. Então, o que fazer para melhorar isso? Essa é uma questão da superintendência, da política pública, da Secretaria de Direitos Humanos, o que podemos fazer para capacitar esses servidores para que eles também tenham mais qualidade no atendimento? E é importante nessa discussão observarmos mulheres violentadas, não é mulheres também que infligem à lei. Porque às vezes vou em algumas palestras e ouço falas apaixonadas. Então, eu vir num evento como esse e falar que o Presidente da República deixou de ser Presidente da República porque não ia beber pinga no boteco. Isso é uma fala de paixão, não uma fala de debater direitos das mulheres. Não podemos misturar as coisas.

Então, mulheres também cometem crimes. Nós estamos tratando aqui de mulheres que sofrem a violência por causa do crime cometido por homens. E assim como as pessoas com deficiência, idosos e etc, crianças, infelizmente, nesse País que sofrem muita violência também de direitos.

Então, ao Poder Judiciário, aos nossos representantes do Ministério Público e Juízes, o que fazer para melhorar esses atendimentos nas delegacias e aos nossos Deputados o que fazer para que as mulheres de fato tenham a garantia de ser eleitas com uma cota para ascender aos Poderes dos entes federados dessa nação?

(NESTE MOMENTO A PLATEIA MANIFESTA-SE COM PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Luiz Carlos Grassi, concordo com você, nós poderíamos ter aqui uma mobilização muito maior nesse evento que considero de muita importância, mas ainda acredito que falta um pouco de consciência política, e aí faço também essa crítica não só para os homens, para a mulher também falta um pouco de consciência política.

Sobre a questão que seria a reserva de vagas no Parlamento, uma legislação federal acredito que isso possa ser uma das ações que as mulheres... todos nós, a sociedade,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

debatermos. Sou favorável a isso, com algumas reservas: Que isso não se transforme, para mim gênero tem dois, que isso não se transforme em reservas para outras formas, senão o Parlamento não vai representar a sociedade. E sobre a questão do mal atendimento...

...s/cac...

1207au035.cac

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - ... e sobre a questão do mau atendimento, há algum tempo que nós temos visto que o Poder público, de uma forma geral, os três pilares: o Executivo, o Judiciário e o Legislativo, eles poderiam, sim, ser uma avaliação do seu atendimento e isso não acontece tanto para homem como para mulher, é inaceitável. Hoje, todos os salários estão em dia, pode ter dito atraso, mas existe realmente muitos segmentos do Poder público onde o atendimento é péssimo e mais do que isso, não se faz a entrega do que o cidadão procura. O cidadão procura uma certidão, um credenciamento, uma ação social e isso demora muito e boa parte das vezes ele não consegue receber isso do Poder público. E aí, teremos que discutir algo que também que eu não tenho dúvida que tem que ser debatido, que é a meritocracia. Eu acredito que a meritocracia tem que fazer pauta das discussões também em todos os segmentos: Legislativo, Judiciário e Executivo. É isso.

Com a palavra, a próxima inscrita, a Sr^a Maria da Glória Borges da Silva, Assessora Sindical da Nova Central.

A SR^a MARIA GLÓRIA BORGES DA SILVA - Cumprimento o dispositivo em nome das nossas duas Presidentes: uma que acabou de sair e a outra que acabou de chegar, Dr^a Rosana e a Sr^a Jô. Em nome delas eu cumprimento todas as autoridades da Mesa e a Dr^a Isabel, também, a nossa Superintendente.

Gente, eu sou Maria da Glória, e eu fico assim: feliz, por esse dispositivo, por esse momento que está acontecendo aqui, mas também eu quero refletir, queria que todos nós refletíssemos juntos. Nós viemos pedir ajuda e não ser condenada. Nós não queremos ser culpadas de nada! (PALMAS) Nós já somos culpadas o tempo todo. Nós já sabemos como somos tratadas aí fora. Vocês acham que ao entrar aqui e não ver todos os Deputados, já não é um crime? Nós nos sentimos constrangidas também por isso. Nós queríamos que todos os Deputados, o nosso Governo e a Deputada Janaina Riva estivessem aqui. Por quê? Nós não estamos falando de qualquer coisa. Nós estamos falando do maior episódio que acontece...

s/tmr

1207au36.tmr

A SR^a MARIA DA GLÓRIA BORGES DA SILVA - ... nós estamos falando do maior episódio que acontece em Mato Grosso, no Brasil, crime contra as mulheres. E nos estamos falando dos 16 dias do ativismo. Eu não preciso nem falar para vocês que pela minha cor é a que é mais massacrada porque não está em conta isso aqui. O que está levando em consideração é o crime contra as mulheres.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTOS SEM REVISÃO)

Um deles foi muito bem citado pelo Deputado. Nós deveríamos incentivar mais as mulheres na política. Também já foi dialogado pelo companheiro que acabou de dizer que faltam várias coisas para que isso seja cumprido.

A nossa Superintendente, a Dr^a Jo, falou da necessidade de fazer trabalho referente à zona rural. Eu sou uma trabalhadora rural. Eu trabalho desde sete anos. Eu sei o que é ser do campo e não ter para onde correr. Mas isso não vem em consideração porque estamos falando de todas as mulheres.

Então, Deputado, o que nós queremos aqui? Nós queremos que o nosso plano seja efetivado. Nós queremos que a delegacia, não discriminando os outros, mas que ela seja específica. É isso que nós queremos, é a resposta que vemos buscar aqui. Nós já sabemos que esta Casa não está cheia não é porque as mulheres não querem vir. São subordinadas, elas trabalham. Elas vão levar gancho. Se elas virem para cá, duas horas da tarde, vão levar gancho. Nós sabemos disso. (PALMAS). É exatamente por isso que talvez não estejam cheia de mulheres, porque em Cuiabá e Várzea Grande se tem uma coisa que trabalha são as mulheres, porque a maioria delas tem que dar conta de filho, casa e esposo. (PALMAS).

Outra coisa eu gostaria de pedir para esta Casa de Leis, juntamente com o pedido nosso do Conselho Estadual do Direito das Mulheres, que dê uma atenção especial para as mulheres que andam de coletivo público. Não tem nada mais do que violento do que andar nos transportes públicos aqui de Cuiabá e Várzea Grande, gente. Eu praticamente sou amassada todos os dias quando eu venho para o serviço e volto para casa. É um desrespeito conosco. Você não precisa ser levar murro. Só do cara está ali - me perdoa, pelo amor de Deus - masturbando, atrás de você, já é uma violência, gente. E isso acontece todos os dias no ônibus 24 de Dezembro, que é esse ônibus que é do Shopping Pantanal Várzea Grande/Cuiabá; no ônibus 55, que é do Coxipó/Várzea Grande

.../rof
1207au37.rof

A SR.^a MARIA GLÓRIA BORGES DA SILVA -... do Coxipó a Várzea Grande, então eu acho que a gente poderia pedir além de tudo que estamos pedindo que e muito pouco, se vocês levarem em consideração o que as mulheres brasileiras fazem, pedir que esta plano seja efetivado é muito pouco. Se levar em consideração que quando vocês chegam em casa ela está pronta para receber vocês, o que nós estamos pedindo é muito pouco. E nós estamos pedindo isto, que vocês levem em consideração que violência contra mulher não é alguma coisa, é um crime, e as vezes nós somos violentadas até quando entramos nesta Casa, infelizmente, porque não é só tapa, não é só facada, não é só falar que meu cabelo é feio, talvez por não me atender ou achar que a nossa apresenta aqui não é importante isso é uma violência.

Muito Obrigada. (PALMAS)

O SR. PREDISENTE (GUILHERME MALUF) - Bom, ainda existe alguém da plateia que queira fazer o uso da fala.
(PESSOA NA PLATEIA SE MANIFESTA)

O SR. PREDISENTE (GUILHERME MALUF) - pois não.

A SR.^a TANIA REGINA DE MATOS - Boa tarde a todos e todas.

Vou ser bem rapidinha, quero cumprimentar aqui todas as autoridades da Mesa na pessoa da Dr.^a Maria Tereza, que preside a sala da mulher.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Quero dizer o seguinte, que eu concordo com o Deputado Nininho referente ao que ele disse sobre as drogas, eu acho que as drogas lícitas e ilícitas elas potencializam e muito a violência, então precisamos cuidar disso, não podemos fechar os olhos para isto.

Eu apoio a reivindicação da Sr.^a Isabel Silveira na questão de que a secretaria, a superintendência ela precisa se tornar uma secretaria, porque se não nunca será prioridade as políticas públicas, então precisa, eu faço coro a esta sugestão, a este requerimento, enfim.

Eu não me apresentei, me desculpe. Meu nome é Tânia, sou Defensora Pública em Várzea Grande, atuo há dez anos na Vara da Violência Doméstica e Familiar e é por isto que eu falo que é preciso cuidar desta questão das drogas, nós precisamos olhar para isto porque invariavelmente a pessoa que pratica crime contra as mulheres, ela usa droga.../lcb

1207au38.lcb

A SR^a TANIA REGINA DE MATOS -...crime contra as mulheres, ela usa drogas ou o álcool que é uma droga lícita tolerada pela nossa sociedade ou as drogas ilícitas.

Teve uma notícia esse final de semana no jornal local que me deixou bastante preocupada. Eu costumo ser bastante otimista em relação o futuro, mas essa notícia aqui eu vou pedir licença para ler, ela diz assim: “ Pobreza aumenta em Mato Grosso e atinge 19% da população”. 19% da população, mais de seiscentos e vinte mil mato-grossenses vivem em situação de pobreza. Gente, nós estamos falando do nosso Estado, esse Estado que é produtor, exportador de alimentos, isso me preocupou. Destes, cerca de cento e onze mil estão em situação de extrema pobreza. Os números são equivalentes a 19% da população estadual e representam crescimento de 26, 6% no número de pessoas pobres em um ano. Gente, em uma no aumentou 26, 6% dessa população de pobres. E nós sabemos, nós, eu já fui conselheira, eu já atuei no Conselho Estadual do Direito da Mulher. Estive lá durante nove anos.

Nós do Conselho das Mulheres sabemos que a pobreza atinge muito mais a mulher do que o homem. Nós sabemos disso.

Os dados foram divulgados no IBGE que apontou que no ano passado 3,49% da população do Estado sobrevive com até ¼, 220 reais do salário mínimo. Outros 16% recebia até meio salário mínimo.

Nós estamos vendo discussões a respeito de aposentadoria, de coisas que vão acontecer daqui a trinta anos, e não estamos conseguindo olhar para essas pessoas que não tem o que comer hoje, gente. Essas pessoas não vão se aposentar. Essas pessoas vão morrer antes.

Então, isso me preocupou porque é a nossa clientela, é a clientela da Defensoria Pública. Nós estamos falando das mulheres pobres...

...s/cac...

1207au039.cac

A SR^a TÂNIA REGINA DE MATOS- ...da Defensoria Pública. Nós estamos falando das mulheres pobres, das mulheres que tem que pegar o ônibus de manhã cedo amassadas, não é, Sr^a Maria da Glória? Como a minha secretária chega em cada toda vez reclamando: “peguei o ônibus lotado!”. E se é feriado e amanhã é ponto facultativo, eles retiram o ônibus e fica mais lotado ainda!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Então é dessa população, é para essa população que nós temos olhar. E quero pedir ao Deputado Guilherme Maluf, uma atenção especial para a Defensoria Pública também, porque somos nós quem defendemos as mulheres, nós defendemos as vítimas de violência doméstica, nós quem atendemos as mulheres que vão lá pedir pensão alimentícia, nós quem atendemos as mulheres que vão lá pedir para investigar a paternidade do camarada que não quer assumir o filho que é dele e assim eu vou dizer várias e várias atribuições.

E finalmente eu gostaria de lembrar que desde de 2013 a Defensoria Pública juntamente com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher na pessoa da Dr^a Rosana ela vem lançando sistematicamente desde 2013 a Campanha do Laço Branco, 2014, 2015 e agora em 2016, não poderia ser diferente. Então, vamos lançar de forma simbólica a Campanha do Laço Branco. Para quem não sabe, *Marc Lépine*, matou uma sala de mulheres que estudavam engenharia civil. Ele matou essas mulheres simplesmente porque elas estavam estudando um curso tipicamente masculino. E por raiva ele foi lá e matou uma sala inteira de mulheres. E os canadenses se compadeceram dessa situação e fizeram essa Campanha do Laço Branco que é comemorado no dia 06 de dezembro, foi ontem e não poderíamos deixar de lembrar desse episódio de fazer um lançamento simbólico. Aqui eu vou entregar o laço para Dr^a Maria Tereza Maluf e para o Presidente... Ah, não...ela já está, não é? Então eu vou entregar para a senhora colocar no seu marido, está bom...(RISOS)

Então é isso. Muito obrigada pela atenção de todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado, doutora.

Dr. Rogério, qual é o impedimento de tornar exclusivo esse atendimento?

O SR. ROGÉRIO MANTELLI - Boa tarde a todos!

Nós já temos em andamento as nossas medidas para que...

s/tmr

1207au40.tmr

O SR. ROGÉRIO MANTELLI - ... Boa tarde a todos!

Nós já temos em andamento as nossas medidas para que possamos reforçar esse efetivo. O fato é nós viemos hoje uma deficiência muito grande de delegados de polícia. Então, nós até extinguímos um plantão que existia aqui na Delegacia de Roubos e Furtos justamente para aproveitar esses delegados em outras unidades policiais. E para vocês terem uma ideia, têm delegacias que funcionam com um, dois delegados. Montar um plantão para atendimento exclusivo nos precisamos de cinco delegados de polícia. Então, isso em linhas gerais poderia significar o fechamento de duas unidades policiais. Então, o que nós precisamos ...

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Mas isso se fosse 24 horas.

O SR. ROGÉRIO MANTELLI - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Mas durante um período diurno o atendimento é exclusivo?

O SR. ROGÉRIO MANTELLI - O atendimento é exclusivo nas unidades de defesa da mulher.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Então, nós não temos o atendimento exclusivo noturno.

O SR. ROGÉRIO MANTELLI - Não. Exatamente. Esse nós não temos...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - O problema é de efetivo.

O SR. ROGÉRIO MANTELLI - Exatamente. O problema é de efetivo.

(ALGUÉM FALA DA PLATEIA FORA DO MICROFONE (INAUDÍVEL))

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Estamos com 150 delegados em treinamento, não é isso, Doutor?

O SR. ROGÉRIO MANTELLI - Nós precisamos é abrir o concurso público. Nós temos hoje, o nosso quadro completo de delegados de polícia no Estado seria de 400 delegados. Nós temos hoje aproximadamente 230 e poucos delegados na ativa com a previsão de aposentadoria com mais de 30 delegados de polícia até fevereiro, março do ano que vem. Então, realmente nós precisamos abrir esse concurso urgentemente. Ele já estava bastante adiantado. Nós precisamos lançar o edital, mas realmente a situação é de uma grande deficiência.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Ok. É uma limitação importante. Nós poderemos até... Eu vou levar essa demanda ao Governador. Eu não posso deliberar sobre isso. (PALMAS).

Se o Governador conseguir colocar isso na prioridade da política de segurança do nosso Estado, na política... A questão que a Isabel está colocando de estrutura da Secretaria, eu acho que é algo muito importante, Isabel. Realmente, você não consegue desenvolver nenhuma atividade se você não tiver estrutura. Vamos levar então esse debate da questão da Secretaria, a questão do funcionamento 24 horas da Delegacia da Mulher e vamos ver qual é o .../rof
1207au41.rof

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - ...delegacia da mulher e vamos ver qual é o impedimento na publicação do plano, que está segundo a senhora me disse, está pronto para ser publicado, né?

A DR.^a ISABEL CRISTINA GAMA DE SILVEIRA - O plano encontra-se pronto para ser publicado em 80% do plano é de articulação, é como se fossemos embaixadoras, embaixatrizes da política, fazer com que a Secretaria de Educação consiga implantar, então como secretária eu teria uma capacidade maior neste sentido, que os hospitais que tratam a mulher que chegam para dar a Luz... “na hora de fazer foi bom, agora deixa ela gritando”, principalmente mulheres negras e pobres, então são procedimentos e protocolos já compreendidos, porém não aplicados.

Então a envergadura da secretaria nos daria condições de sentar junto ao Secretário de Estado, aos Secretários Municipais com uma condição de interlocução maior, porque os procedimentos já há muitos já foram decretados e conferidos, porém não foram não consegue ser implantado pela cultura que acaba solapando toda essa possibilidade.

Na questão da delegacia, no evento que nós fizemos o Governador ele teve uma fala muito positiva dizendo que ele pedia ao Secretário de Segurança Pública Sr. Rogers, que fizesse a delegacia da mulher 24 horas, que ele assumia este compromisso, porém nós nos deparamos com esta dificuldade da estrutura para poder suportar uma demanda como esta. Então eu acredito que já esteja, o Governador, já esteja bem sensível a questão a causa das delegacias das mulheres serem 24 horas, principalmente porque os fins de semana o índice é muito maior, a noite e final de semana. Ela chega hoje delegacia muitas vezes no final da tarde violentada e ela recebe uma senha para voltar no dia seguinte, então não tem como continuarmos com esta realidade, ela volta para o agressor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AÇÕES POR OCASIÃO DOS 16 DIAS DE
ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, REALIZADA EM 07 DE
DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Então nós estamos saindo daqui com estas três principais demandas. São muitas as demandas, mas acredito que nós podemos resumir nestas três demandas: as questão secretaria, a publicação do plano e a incrementar ou tornar secretaria da mulher, superintendência que a senhora esta hoje não é Isabel?

A DR.^a ISABEL CRISTINA GAMA DE SILVEIRA - superintendência.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Vamos fazer no nosso relatório desta Audiência vamos colocar as três demandas e vou propor esta atividade junto ao Governador, vou convida-la Sr.^a Isabel e quem das senhoras quiser também compor e vamos levar esse documento ao Governador (PALMAS), diante e nós esperamos realmente...S/lcb

1207au42.lcb

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - ...E nós esperamos realmente que o Governador tenha sensibilidade em desenvolver essas atividades.

Não há mais ninguém inscrito, damos por encerrado esta Sessão dizendo que a Assembleia Legislativa tem uma preocupação, e espero, Dona Maria da Glória, se a senhora sentir, quiser me apresentar algum tipo de agressão contra esta Casa receberei essa denúncia de bom grado e procurarei desenvolver alguma atuação para que possamos evitar futuras agressões. Não é o interesse desta Casa excluir em hipótese alguma nenhum cidadão, seja pelo seu gênero, seu crédulo religioso ou idade, mas são seres humanos que habitam a Casa. Então, há possibilidade, sim, e muitas vezes acredito que a capacitação pode levar a uma diminuição desse tipo de agressão.

Então, receberei de bom grado qualquer denúncia para que possamos efetivamente trabalhar nessas denúncias.

Portanto, damos por encerrado, agradeço a presença de todos os senhores e senhoras, muito obrigado.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Rosilene Ribeiro de França;
- Luciane Carvalho Borges;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão: